

"UMA JOGADA DE MESTRE". ESTADO E POLICIAIS MILITARES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA SÉTIMA ETAPA DA REFORMA DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

"Masterstroke" State and military police in the production of space in the seventh stage of the renovation of Salvador's Historic Center

Urpi Montoya Uriarte

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 23/10/2023

Aceito em 13/11/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p245-279>

Copyright (c) 2023 Urpi Montoya Uriarte



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

MONTOYA URIARTE, U. "Uma jogada de mestre" estado e policiais militares na produção do espaço da sétima etapa da reforma do Centro Histórico de Salvador. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 259, p. 245-279, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p245-279>

Resumo

Tendo como espaço de estudo as ruas compreendidas entre a Praça da Sé, o Terreiro de Jesus, a Baixa dos Sapateiros e a Ladeira da Praça (área da 28), no Centro Histórico de Salvador, este artigo se debruça sobre a forma como convivem nele habitantes e usos aparentemente opostos: moradores antigos e novos, assalariados e informais, policiais e "traficantes", "famílias" e usuários de crack, programas habitacionais e "invasões". O ponto de vista que expomos ao longo do artigo é o de um habitante específico: os policiais militares que moram na área desde 2014, em 34 unidades. Entrevistamos 19 deles ao longo dos meses de maio e junho de 2022 e, a partir desse material, avaliamos que o convívio é possível, por um lado, mediante uma ordem instituída pelo Estado (que consiste em traçar fronteiras invisíveis, porém claras, entre os setores/atividades que vivem lado a lado) e, do outro, através das práticas dos habitantes que correspondem ao que Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*, chamou de "artes de fazer" ou "jogos" próprios da cultura popular do nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Mistura social. Centro Histórico de Salvador. Policiais militares. Tráfico. Cultura popular.

Abstract

Using the streets between Praça da Sé, Terreiro de Jesus, Baixa dos Sapateiros and Ladeira da Praça (area 28), in the Historic Center of Salvador, as a study space, this article looks at how apparently opposing inhabitants and uses coexist: old and new residents, salaried and informal workers, police officers and "drug dealers", "families" and crack users, housing programs and "invasions". The point of view we present throughout the article is that of a specific inhabitant: the military police officers who have lived in the area since 2014, in 34 units. We interviewed 19 of them over the months of May and June 2022 and, based on this material, we assess that coexistence is possible, on the one hand, through an order instituted by the state (which consists of drawing invisible but clear boundaries between the sectors/activities that live side by side) and, on the other, through the practices of the inhabitants that correspond to what Michel de Certeau, in *The Invention of Everyday Life*, called "arts of doing" or "games" typical of the popular culture of northeastern Brazil.

Keywords: Social mix. Historic Center of Salvador. Military police. Drug trafficking. Popular culture.

INTRUDUÇÃO

O Centro Histórico de Salvador (CHS) é meu local de pesquisa e foco de interesse há muito tempo. Cheguei na cidade de Salvador, no final dos anos 1990, para desenvolver um projeto de pesquisa que visava desvendar os mecanismos políticos e ideológicos mobilizados pelo Estado para levar adiante a arrebatadora “recuperação do Pelourinho”, que expulsou impunemente a enorme maioria dos habitantes que ali residiam (Montoya Uriarte, 2003). Em seguida, chamou minha atenção a luta dos moradores da sétima etapa da reforma que, em contraste com os habitantes das etapas anteriores, se mobilizaram e exigiram o seu direito de permanecer nas futuras casas reformadas (Montoya Uriarte, 2012). Mais tarde, quando as aproximadamente 100 famílias mobilizadas dessa última etapa da reforma já estavam morando nas casas pelas quais lutaram, meu olhar se voltou para a forma como elas percebiam o espaço reformado: não mais como um bairro, mas como um cemitério, um espaço morto que, contudo, retinha na memória dos vivos que ali restavam a enorme vitalidade que tivera (Montoya Uriarte, 2021). Recentemente, provocada pela política do Estado francês de promover a “mistura social”¹ para romper ou matizar a crescente homogeneidade verificada nos bairros centrais (de brancos e classe média ou alta) e bairros periféricos (de imigrantes e classes populares), interessei-me pela estranha mistura que pode ser observada na área da 28, onde moram lado a lado habitantes antigos e novos, assalariados e informais, policiais e “traficantes”², moradores e usuários de crack, programas habitacionais e “invasões”. Decidi me perguntar sobre como tamanha heterogeneidade (de setores e usos) consegue conviver nesse espaço e por que estas “peças” (atores) foram colocadas no “tabuleiro” (espaço): por que colocar antigos habitantes e policiais para

¹ O conteúdo deste artigo é resultado parcial da pesquisa A “mistura social” no fazer cidade. Análise desta ideia e suas concretizações em dois projetos de “bairros novos” (Salvador e Paris), desenvolvida entre os anos de 2022 e 2023, com estadia em Paris de junho de 2022 a fevereiro de 2023, no Laboratoire Architecture Anthropologie, coordenado por Alessia de Biase. A referida pesquisa visava compreender tanto as razões do Estado para construir novos bairros socialmente mistos em centros urbanos antigos, quanto os pontos de vista dos habitantes envolvidos nesses projetos. Os resultados da pesquisa sobre a mistura social na capital francesa serão apresentados em outro artigo. Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa professor visitante (Capes Print), que permitiu sua realização.

² Usamos a palavra traficante entre aspas para nos referirmos à denominação usual, corriqueira e nativa dada às pessoas que comercializam entorpecentes. Mediante as aspas pretendemos nos afastar da ênfase que esta denominação carrega do lado ilegal da atividade e do ocultamento das frequentes e sólidas relações entre o legal e o ilegal na existência e desenvolvimento deste comércio.

morarem juntos? Por que uma sede da Polícia Militar (o 18º Batalhão da Polícia Militar) no meio da área não eliminou os pontos de venda de drogas (“bocas”) e o uso do crack em suas ruas? Por que os funcionários da lei (policiais militares) na área não impedem as inúmeras violações dela? Para responder a estas perguntas, voltei-me para um ator até o momento desconhecido para mim – os policiais militares que residem na área desde 2014, nas 35 unidades destinadas a eles pelo Programa Prohabit³ –, tentando desvendar as percepções que eles têm dos diferentes atores, como convivem com eles e como entendem e avaliam sua presença na área.

Podemos chamar o convívio de habitantes antigos, policiais militares, usuários de crack e “traficantes” de “mistura social”? Sim, se entendermos de forma ampla esta política como uma promoção desde o Estado do convívio das diferenças. Mas, de que diferenças estamos falando aqui? Como veremos nestas páginas, não se trata de diferenças de classe ou setores de classe, nem de diferenças étnico-raciais. Neste sentido, há uma grande distância entre a “mistura social” implementada pelos municípios franceses a partir da Lei Solidariedade e Renovação Urbana (SRU), de 2000, e a mistura que acontece na área da 28. Na França, a “mistura social” é uma política pública que tem como objetivo formal atenuar a segregação urbana, assegurando que 20% (depois 25%) das habitações existentes em todos as comunas ou distritos do território sejam “sociais”, sob pena de multas anuais (Desage, 2013). Por outro lado, a “mistura social” que acontece de fato nos bairros parisienses responde a uma leitura dos problemas urbanos como sendo decorrentes da imigração crescente das últimas décadas, que teria criado guetos, responsáveis, por sua vez, pela insegurança e a afirmação da diferença num Estado republicano defensor da igualdade. No caso da política baiana, não há combate à segregação nem problemas de segurança advindos da realidade étnico-racial; aqui, esta é nossa leitura, o objetivo é garantir um mínimo de ordem entre os setores e atividades formais/legais e informais/ilegais. Esta ordem não

³ O Programa Habitacional do Servidor Público (PHSP), também conhecido como Prohabit, facilita a aquisição da casa própria por parte do servidor público estadual. Trata-se de um programa do Governo do Estado da Bahia, gerido pelas secretarias da Administração, Fazenda e Desenvolvimento Urbano, e executado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder). O crédito habitacional foi instituído pela Lei Estadual nº 7.552/1999, regulamentada pelo Decreto nº 7.856/2000. Segundo a Conder, em 2015, o Prohabit já tinha atendido a mais de 25 mil servidores em todo o estado. Disponível em: <https://www.conder.ba.gov.br/noticias/2015-12-07/governo-reformula-programa-habitacional-do-servidor-publico>. Acesso em 11/07/2023.

consiste no combate ou eliminação da diferença/ilegalidade – o comércio de drogas, o consumo de drogas em espaços públicos, as “invasões” de casarões reformados –, mas na delimitação de fronteiras invisíveis, porém claras, entre estes setores/atividades: de um lado, as casas concedidas em financiamento aos policiais militares e as ruas onde eles moram e, do outro, as casas cedidas em uso aos antigos habitantes da área; do lado de cá, as “famílias”, e mais para lá, os pontos de drogas; num setor, os habitantes e, noutro, os usuários de crack.

O material empírico que trazemos e sobre o qual refletimos nestas páginas advém das entrevistas realizadas junto a 19 policiais militares (doravante PMs) habitantes da área, realizadas por mim nos meses de maio e junho de 2022⁴. Este número é bastante expressivo, pois foram 35 os PMs beneficiários do Prohabit (Conder, 2019). Conforme combinado com cada um deles e delas, seu anonimato é plenamente assegurado ao apresentarmos seus depoimentos sem nome nem gênero (“um PM”).

O que chamamos de área da 28 é o conjunto das ruas localizadas entre a Praça da Sé, a Ladeira da Praça, a Baixa dos Sapateiros e o Terreiro de Jesus. Trata-se de um fragmento da poligonal do CHS, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade em 1985. Esta área costuma ser chamada pelos órgãos estaduais de Sétima Etapa, mas, de fato, esta última etapa da reforma do CHS inclui uma área um pouco maior do que a abordada aqui⁵. Por sua vez, os antigos habitantes chamavam a área de Bairro da 28, mas, hoje, não consideram mais morar num bairro, porque este supõe necessariamente gente e relações (Montoya Uriarte, 2021). Já os policiais dizem

⁴ Meu acesso aos policiais foi possível graças a uma moradora antiga da área que, numa manhã, caminhou comigo pela área, me indicando quais eram as casas onde eles moravam. Em certo momento, nos cruzamos com um deles, que ela conhecia, e fomos apresentados. Expliquei-lhe rapidamente a minha pesquisa e peguei seu telefone. Marcamos a entrevista e a partir desse contato se iniciou o que em etnografia se conhece como a “bola de neve”: um me passava o nome e telefone de outro, que me passava o contato de outro, e assim sucessivamente. Em todos os primeiros contatos pelo *whatsapp* eu enviava a foto de minha carteira de professora da UFBA como prova de filiação profissional, com o intuito de diminuir suas compreensíveis desconfianças. Para a minha surpresa, a recepção para a realização de conversas gravadas foi muito grande, fácil e cordial. Vale ressaltar que, como em todos os outros trabalhos de campo que realizei, saí igualmente surpresa, transformada, impactada e afetada desses encontros.

⁵ Ruas como a Ladeira da Praça, Rui Barbosa, do Tesouro e José Gonçalves não foram incluídas em nossa pesquisa de campo porque esta respeitou os limites do que os habitantes chamavam Bairro da 28, e não as linhas abstratas (poligonal) impostas pelos órgãos do Estado. Na ocasião de uma reunião entre gestores de Estado e habitantes da área da sétima etapa da reforma, uma moradora expressou esta oposição de forma brilhante: “Não vejo linha na frente da minha casa. Gostaria de dizer uma coisa a vocês: vocês entendem de traços e nós entendemos de gente” (apud Bittencourt, 2015, p. 158).

morar no Pelourinho, o que desde a perspectiva dos antigos habitantes resulta improcedente pois, antes da reforma iniciada na década de 1990, Pelourinho nomeava apenas a micro área situada ao redor do largo do Pelourinho. Na ausência de uma nomenclatura consensual, optamos por chamá-la de “área da 28”.

Resta avisar ao leitor que este é um texto etnográfico, que outorga um farto espaço à voz dos interlocutores. As muitas horas de conversas transcritas ocupam um lugar central no texto por duas razões. Primeiro, porque acredito que o material etnográfico apresentado com generosidade pode dar lugar a interpretações diversas. É esta a tese defendida por James Clifford (2011, p. 55), que subscrevo: “se alocadas num espaço textual autônomo e transcritas de forma suficientemente extensas, as declarações nativas fazem sentido em termos diferentes daqueles em que o etnógrafo as tenha organizado. A etnografia é invadida pela heteroglossia”. Em segundo lugar, reproduzo muitos trechos de falas porque estes se tornam necessários para sustentar a minha proposta interpretativa que, como em todo trabalho etnográfico, é uma composição devedora das falas e reflexões “nativas”, mas que não se confunde com elas. Se “os ‘dados etnográficos’ são qualquer coisa menos um saber constituído. Antes figuração recomposta por um observador individual do que cópia fiel de um irreal inapreensível” (Descola, 2006, p. 177), não temos como propor uma “recomposição” sem antes apresentar fartamente as partes que a compõem.

O artigo se divide em seis seções. Na primeira, apresento como o Estado, a partir de sua intervenção nos anos 2000, foi produzindo na área da 28 um espaço novo⁶ ao colocar e eliminar certas “peças” (atores) no “jogo” (espaço) e estabelecer nele certas relações (e não outras): o que fora um território comunitário⁷, composto por uma população relativamente homogênea em termos de renda, atividades, raça e trajetórias habitacionais, assentada no

⁶ Com Henri Lefebvre (2000), acreditamos que o espaço é produzido por diferentes atores e forças. Uma das forças mais importantes é o modo de produção dominante, o capitalismo, cujo ator principal é o Estado (instrumento das classes dominantes). Mas, outros atores ou forças modelam igualmente o espaço, impregnando-lhe suas características e interesses, tais como os modos de produção anteriores e os usuários do espaço. Assim, o conjunto de atores e forças, ao agir dialeticamente (com os outros e contra os outros), acabam produzindo espaços singulares, isto é, espaços com conteúdos (relações) específicos.

⁷ Seguindo a proposta de Haesbaert (2007, p. 22), o conceito de território diz respeito a sujeitos que exercem poder no espaço onde habitam, “que de fato controlam esse(s) espaço(s)”. A relativa pouca presença que o Estado tinha naquela área antes da reforma dos anos 2000 nos leva a afirmar que o antigo bairro da 28 poderia ser considerado um território, tal como era a área vizinha do Maciel (Espinheira, 1971) e como continua sendo ainda hoje a Preguiça (Montoya Uriarte, 2024).

local há décadas (ver mais adiante o perfil dos moradores antigos) e que geria o espaço com certa autonomia, se converteu num espaço onde o Estado se tornou ator principal. Na segunda parte, abordo a forma como os policiais agem em relação aos usuários de crack, um ator que aparece na década de 1990 no centro de Salvador, mas que se instala definitivamente na área da 28 desde os anos 2000, aproveitando-se dos casarões vazios e em ruínas, nos quais podiam consumir o crack com certa tranquilidade. Na terceira seção, exponho como eles reagem diante do aparente paradoxo que resulta da coexistência de habitantes-policiais e pontos de venda de drogas (“bocas”). Na quarta, apresento a atitude dos policiais em relação às ocupações (que eles chamam de “invasões”) de imóveis reformados e vazios e, na quinta parte, como eles veem e se relacionam com os habitantes antigos. Por fim, na sexta seção, teço relações entre as falas e proponho uma leitura da ordem existente na área da 28, devedora tanto de uma imposição do Estado quanto dos jogos e astúcias dos que habitam nela.

PROJETOS DO ESTADO PARA A SÉTIMA ETAPA DA REFORMA DO PELOURINHO

A reforma do CHS, ou “recuperação do Pelourinho”, como ficou conhecida a grande intervenção iniciada pelo Governo do Estado da Bahia em 1993, partiu do pressuposto de que a salvaguarda do patrimônio arquitetônico era incompatível com a manutenção dos habitantes antigos que moravam nos velhos casarões coloniais, arruinados e subdivididos em inúmeros pequenos cômodos chamados cortiços. Na visão do Estado, o processo de “encortiçamento” dos casarões, que levava mais de cem anos em curso, só poderia ser revertido por um novo uso dos imóveis reformados: o uso turístico, cultural e de lazer. Ao ser descartada a função habitacional, os moradores foram quase todos retirados, recebendo irrisórias indenizações. No entanto, na sétima e última etapa da reforma, em finais dos anos 1990, o discurso do Estado mudou.

Antes do início da sétima etapa, a Conder⁸ realizou um estudo que, após revelar que o uso exclusivamente turístico nas etapas reformadas do Pelourinho fora um fracasso,

⁸ A Conder é uma empresa vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano. Sua função é executar as políticas públicas do Governo do Estado da Bahia. Ela implementa os projetos e obras nas áreas de mobilidade urbana, habitação, equipamentos e qualificação urbanística, centro antigo de Salvador, entre outros

recomendava a necessidade de combinar esse uso com funções habitacionais (Azevedo, 2004). Assim, no ano 2000, pela primeira vez desde o início da grande reforma do CHS, o órgão estadual admitiu a importância do “elemento humano que ali vive e trabalha”, a “ênfase no social” e a necessidade de “levar em consideração os anseios e as necessidades definidos pela comunidade”, evitando a exclusão (Conder, 2000, p. 3). Dois anos depois, a Conder (2002) já tinha definido quem seriam os futuros habitantes da área ao afirmar que haveria uma “priorização de servidores públicos para ocupação”. Assim, mesmo preservando a função habitacional na área, o Estado manteve sua política de expulsão dos habitantes antigos verificada nas etapas anteriores da reforma. Em 2004, das 1.746 famílias que moravam no perímetro da área da 28, 1.072 já haviam sido expulsas (Castro apud Bittencourt, 2015, p. 85). Em 2005, restavam apenas 103 famílias, que conseguiram o direito de permanência na futura área reformada graças à luta árdua da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (Amach). Nesse ano, após recorrer ao Ministério Público, a Amach conseguiu assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Estado da Bahia. É esse instrumento legal que assegura a presença dessas famílias na área, até hoje.

Com o TAC, o plano da Conder de transformar a última etapa da reforma do CHS em uma área residencial habitada por funcionários públicos teve de sofrer alterações, pois as casas reformadas que seriam entregues exclusivamente ao Prohabit tiveram de ceder espaço a um programa de habitação de interesse social, o PHIS⁹, que acolheria as 103 famílias de habitantes antigos. A Conder certamente deve ter se perguntado: “Que funcionário público quererá vir morar numa área em que permanecerão uma centena de famílias compostas por pobres, vagabundos e marginais?”. Porque era essa a visão do Estado sobre os moradores antigos da sétima etapa, que aparece claramente exposta nos processos que culminaram no

(<https://www.conder.ba.gov.br/>). Desde os anos 1980 até finais da década de 1990, as diversas reformas implementadas no CHS estiveram a cargo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC); foi só a partir dos anos 2000 que a Conder substituiu o IPAC nesta função.

⁹ A habitação de interesse social está incluída no novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), de 2006. O artigo 62 do título VI (Da habitação) do PDDU salienta que “a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, PHIS, concebe a moradia digna como direito social, independente da renda, educação, cultura e posição social”. O artigo 75 da Seção V especifica: “A intervenção pública em edificações ocupadas por cortiços e moradias coletivas, que predominam nas áreas afetadas pela legislação de proteção ao patrimônio histórico, naquelas localizadas em áreas centrais e nos bairros populares mais densos, será orientada pelas seguintes diretrizes (...) [no item III] garantia da permanência das famílias na própria área em que viviam, em melhores condições de vida”. Disponível em: <http://www.sehab.salvador.ba.gov.br/PHIS/phis2.htm> Acesso em: 21 nov. 2008.

TAC de 2005: quando o Ministério Público perguntou à Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE) por que outros habitantes poderiam morar na área reformada e não os antigos moradores, o Governo do Estado (GEB) respondeu que era porque os habitantes antigos eram pobres, gente "desempregada, sobrevivendo de bicos, de prostituição ou de ilícitos" (Bahia, 2003, p.16), e os pobres não tinham cultura, mas apenas um "modo de vida [que] certamente não é cultural e muito menos digno" (Bahia, 2003, p.11). Os seguintes trechos provam de forma contundente a associação feita pelo Estado entre pobreza e ausência de cultura:

Existem, na área da 7ª Etapa, um modo de vida, expressões típicas urbanas específicas, que merecessem o reconhecimento como cultura e, portanto, significassem manifestação da dimensão humana do grupo social ali habitante? [...] "Com a devida vênia, não se consegue visualizá-la [...]. O que sobra, mais uma vez com o devido respeito, é uma "cultura" em verdade "um modo de viver" produzido pelas condições de pobreza, de dominação socioeconômica, de exclusão. [...]. Existe tão somente um estilo de vida determinado pela pobreza, indigno de ser considerado como expressão da dignidade da pessoa humana [...] apenas denota pobreza e marginalidade [...]. Não há, na hipótese, cultura popular a ser protegida! [...]. [esta] caracterização socioeconômica demonstra a incapacidade da quase a totalidade deles em contribuir para a preservação da área, a implicar na deterioração do patrimônio cultural, como hoje se observa, resta muito claro que o direito social se sobrepõe a ditos direitos individuais homogêneos. A preservação do Centro histórico é mais importante do que o direito deles de ali estarem. (Bahia, 2003, p.14-17. 30).

Nos discursos do Estado sobre esta população aparece a menção constante da extrema pobreza, "degradação socioeconômica e ambiental" (Conder, 2005, p. 55) e marginalidade. A declaração de Adriana Castro, diretora do IPAC em 1994, não deixa dúvidas sobre esta visão: "Marginal tem que ser tratado pela polícia, ou órgãos assistenciais, não pelo patrimônio histórico [...]. Não pode haver romantismo: marginal não pinta a casa e joga fezes na rua" (apud Montoya Uriarte, 2003, p. 79). Na seguinte afirmação feita por outra instituição do Estado, vemos a mesma fusão entre pobreza e crime:

A área da 7ª Etapa é vista como um local degradado e perigoso, reduto de marginais, prostitutas, travestis e desocupados, sendo vulgarmente chamada de "cracolândia", devido à existência de pontos de tráfico e consumo de drogas [...]. A grande maioria está ali em condição de inquilinos ou invasores, vivendo em condições precárias e insalubres, habitando cômodos de alta densidade populacionais, em imóveis onde é comum a ausência de iluminação interna, vazamentos e falta de água, acúmulo de

lixo, mau cheiro e risco constante de desabamento (MINC et al., 2002, p. 6, apud Bittencourt, 2015, p. 68).

Artigos da imprensa também costumavam veicular esta mesma imagem de moradores como traficantes, usuários, prostitutas e travestis (Bittencourt, 2015). Eles poderiam até habitar os casarões coloniais degradados, afinal degradação física e humana combinavam, mas não os casarões reformados. Por isso, o Estado pretendia produzir um espaço completamente novo na área da 28: um espaço de casas coloniais reformadas para funcionários públicos. Estes se tornaram os habitantes ideais por representarem o oposto dos habitantes antigos: assalariados, parte da máquina do Estado, representantes do mundo da formalidade e da legalidade e bons pagadores (pois as parcelas de seus financiamentos seriam deduzidas diretamente da folha de pagamento). Entretanto, naqueles primeiros anos da década de 2000, não se especificava quais funcionários públicos seriam os sucessores dos antigos habitantes: seriam professores, servidores administrativos ou da área da saúde? Intuo que o Estado não tinha definido ainda que seriam policiais militares; estes só se tornariam necessários e até quase candidatos únicos após a assinatura do TAC, em 2005.

Saber que 103 famílias de habitantes antigos permaneceriam no local implicou em duas ações por parte do Estado: primeiro, criar um programa habitacional para pessoas de baixa renda, o Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS), que coexistiria com o Prohabit e, segundo, fazer um mapeamento do perfil específico dessas 103 famílias. É com este intuito que a Conder realizou, em 2005, um questionário socioeconômico junto aos chefes de família das 103 famílias que permaneceriam morando na sétima etapa. Em relação às origens, esta pesquisa revelou ser a maioria deles (56,3%) nascidos em Salvador, com bastante conhecimento do CHS (40,8% deles viviam no Pelourinho antes de morar no imóvel atual e 12,6% na Cidade Baixa) e com muito tempo morando na área da 28 (34% dos chefes de família vivia no imóvel entre 15 e 25 anos). Em termos etários, eram, na época, mulheres maiores de 40 anos e homens mais jovens do que elas (39% das mulheres se situavam entre 41-60 anos e 36,4% dos homens entre 26-40 anos), a maioria deles e elas sem companheiros ou companheiras (56,3%). A escolaridade dos antigos habitantes era bastante baixa: 41,8% tinham primeiro grau incompleto, 20% eram analfabetos. Em relação aos ingressos, tratava-se de uma população muito pobre (40,8% declarava ingressos mensais inferiores a um salário mínimo, 29,7% recebia um salário mínimo e 10,9% se dizia sem renda). As ocupações

indicavam um grau de assalariamento muito baixo: 14,6% declaravam serem autônomos, 13,6% trabalhadores do lar, 11,7% ambulantes, 6,7% desempregados e 6,7% aposentados e pensionistas. No quesito formalidade, 30,0% diziam-se empregados sem vínculos empregatícios. Um número elevado de chefes de família morava em imóveis sem pagar aluguel (31,1% pagavam aluguel e 29,1% moravam em imóveis “invadidos”), sem pagar água (54,4% tinham uma ligação clandestina) e sem pagar energia (63,1% tinham uma ligação clandestina de energia elétrica).

Os questionários socioeconômicos foram e são uma arma poderosa para o Estado. Através deles, a Conder (assim como o IPAC antes) passou a ter dados importantes de cada uma dessas famílias e pôde decidir onde localizar a casa cedida em uso a cada uma delas. Outra consequência do perfil revelado pelo questionário aplicado em 2005 foram as seguintes duas perguntas que o Estado certamente se fez: “Que funcionários públicos estariam interessados em participar de um programa de financiamento de casas num reduto de marginais, prostitutas, travestis e desocupados, pobres pouco escolarizados e informais?”; “Que funcionários públicos poderiam enquadrar ou intimidar esse tipo de habitante?”. A única resposta possível era: funcionários armados, ou seja, policiais militares. Entende-se por que as 34 unidades da área da 28 a serem disponibilizadas pela Conder aos funcionários públicos não foram atribuídas através de um processo de seleção aberto a todo e qualquer funcionário. Os escolhidos tinham que ser policiais militares¹⁰:

Como o Estado não tem como limitar, dizer: “Você é funcionário público dessa categoria, então não pode vir”, o que ele fez foi divulgar principalmente para policiais. Essa etapa foi direcionada apenas para policiais com o objetivo de fazer as coisas andarem. Outros funcionários certamente não viriam morar nessa localidade pela questão da insegurança.

Teve uma exigência de policiais, não foi todo mundo que pôde pegar casa aqui não. Foi selecionado. Fomos escolhidos para morar aqui.

Policiais e, de preferência, do 18º Batalhão da Polícia Militar (doravante 18º BPM), localizado na área da 28. Segundo dois PMs, a Conder foi no 18º BPM para divulgar o Prohabit:

¹⁰ Apenas um PM se referiu a um novo morador não policial: “Quando soube só restavam 3 unidades. Tinha essa e tinha mais duas. Aí o colega pegou uma, eu peguei outra, e um funcionário do IPHAN pegou uma daqui e aí encerrou o Prohabit”.

A Conder divulgou para o batalhão onde eu trabalho. O comandante do 18º BPM fez uma parada geral e informou desse programa. Quem quisesse aderir era só falar com ele que ele encaminhava os nomes.

O pessoal da Conder fez uma reunião com a gente do 18º Batalhão. Informou que estavam fazendo casas destinadas aos funcionários públicos e gostariam que o pessoal que trabalhava naquela época fossem os beneficiados.

A maioria dos PMs, no entanto, ficou sabendo do Prohabit por outros meios, tais como a informação privilegiada, "fuxico", "burburinho", "zum-zum-zum":

Foi meu chefe imediato, o comandante. Ele me disse: "Tem uma casa, você vai ter que ir na Conder para escolher". Aí eu fui em Narandiba.

Foi informação de boca em boca. Um colega que chegou aqui falando para a gente. Aí eu saí daqui e fui direto para lá, com uma fome da zorra, desesperado.

Fuxico. Os colegas: "Ah! Tem casa". Aí eu fui lá em Narandiba, na Conder.

Surgiu um burburinho no trabalho, uma conversa de canto de mesa, sobre uma relação de pessoas que quisessem auferir casas aqui no Pelourinho.

Eu ouvi um zum-zum-zum de casas no Pelourinho.

A oferta do Prohabit para os PMs teve outro elemento, se não irregular, bastante estranho: a velocidade do processo. Entre a visita da casa e a entrega das chaves, o tempo foi surpreendentemente curto:

Eu lembro que eu estava no ponto de ônibus indo trabalhar e um colega passou. A gente morava no mesmo bairro. E aí ele gritou: "Eu estou indo ali ver um projeto lá no Pelourinho, de umas casas, bora". Aí eu fui, entrei no ônibus e ele foi me explicando. Chegamos e tinha 5 casas para olhar. E eu não me decidi. E aí eu lembro que a engenheira da Conder olhou para mim e disse: "Você só tem até 2 horas da tarde para escolher. Se você não escolher uma dessas aí, você vai ficar sem nenhuma, porque são as últimas". Escolhi. Ela anotou no papel, pegou meu nome, meu cadastro, meu telefone. Com 15 dias, ela ligou: "Amanhã 9 horas esteja lá na Conder para assinar o contrato". Foi tudo muito rápido. E eu não acreditei. Aí no outro dia a gente foi lá e assinou. Aí ela falou: "Amanhã cedo vocês estejam lá na Conder do Pelourinho para a gente entregar a chave". Eu dizia: "Meu Deus, eu não estou acreditando!"

Quando fui na Conder, a mulher forçosamente queria que eu optasse por uma casa em coisa de 15 segundos. Foi a coisa mais esquisita que eu já vi na minha vida. Eu disse a ela que não dava para decidir uma vida em 15 segundos, que eu tinha que olhar a planta da casa, porque eu nunca estive nessas casas daqui antes.

Da escassa divulgação, pressão pela escolha rápida e velocidade na entrega das chaves podemos deduzir que havia um perfil de PMs que se queria garantir¹¹. O perfil geral dos 19 agentes entrevistados que passo a descrever não é, portanto, fruto do acaso. Trata-se de um grupo com uma leve predominância de agentes homens (são onze, enquanto as mulheres são oito), porém todos com bastante experiência na corporação (em média, mais de vinte anos de serviço na Polícia Militar), com o perfil etário de meia-idade (o mais jovem tem 37 anos e o mais velho 54). Não se buscou PMs com famílias grandes ou filhos, pois, dos dezenove agentes, oito moram sozinhos (um usa o imóvel, mas não mora nele) e quatro moram apenas com seus companheiros (ou outra pessoa). Somente em sete unidades moram pais e/ou mães PMs com seu(s) filho(s). A média de pessoas ocupando cada residência é baixa: menos de duas. No interior da Polícia Militar, os dezenove agentes estão lotados em diversas repartições, a maior parte das quais localizadas no centro da cidade; vários deles já trabalharam no 18º BPM e seis estavam nesse momento lotados naquela repartição.

Em termos de identificação racial, a maioria (dez) se declarou negro(a); cinco se autodeclararam pardos, apenas um se disse branco e três não aceitaram se definir convencionalmente (declarando-se da “raça humana”, “raça brasileira” ou afirmando que “não existe raça”). Todos aceitaram ser parte do Prohabit porque queriam sair do aluguel e conquistar a casa própria (vale salientar que a prestação baixa e a centralidade do bairro também foram apontadas como “prós” para essa decisão). Quase a metade deles (nove) são nascidos em Salvador, oito são do interior do Estado e dois de outros Estados. Mais da metade morava antes na Cidade Baixa (seis) e na área central (seis) e somente sete em outros bairros. No que diz respeito à escolaridade, todos os PMs têm o segundo grau completo, seis têm estudos superiores completos e quatro estudos de pós-graduação. No quesito rendimentos, trata-se de assalariados que recebem, em média, 4 salários mínimos mensais.

¹¹ Este perfil está longe do perfil muito genérico garantido pelos critérios formais de seleção para ingressar no Prohabit. Os entrevistados se referiram à existência de critérios formais tais como o maior tempo de serviço no Estado, o maior número de filhos, os menores ingressos e o fato de não possuir casa própria. No entanto, alguns PMs mencionaram que as regras da Conder nem sempre eram cumpridas: *“Na Conder me disseram: ‘Poxa, a casa que você quer é por antiguidade, e em antiguidade você é menos antigo’. Eu reclamei: ‘Mas eu sou muito mais antigo do que ele!’ E aí eu descobri qual era: na verdade estava tendo trelelé, mas tudo bem, foi ótimo. Tudo do jeito que tem que acontecer”*; *“Pessoas que estão pegando esse projeto têm outras casas. Tem gente que pegou e nunca vieram morar. Está vazio”*.

Assim, podemos dizer que se buscou o seguinte perfil de PM: mais homens do que mulheres, todos de meia-idade, experientes, independentes ou sem muitos laços ou vínculos familiares e que já tivessem morado ou trabalhado no centro da cidade (área central e Cidade Baixa). O perfil desejado dos PMs partilha algumas das características dos antigos habitantes: a maioria é composta de negros ou pardos (15) e advinda de experiências residenciais em bairros centrais ou tradicionais de Salvador (não da chamada periferia¹²). Apesar da escolaridade, rendimentos mensais e a formalidade da atividade laboral serem diferentes, é importante acrescentar que a maioria deles não se vê como pertencendo a uma classe diferente da dos habitantes antigos:

Não são pessoas analfabetas, eu não percebo pessoas mal educadas no tratar. Eu acho que é bem próxima uma classe da outra em relação a isso.

Depende do que a gente entenda o que é classe. O mal do brasileiro é que quem é pobre acha que é classe média e classe média acha que é rico. Eu estou na mesma categoria aí, a diferença é que eu tenho uma renda fixa. Mas eu não consigo ver diferença de classes aqui.

Como reagiram os PMs à oferta do Estado de morar na área da 28? A vontade e necessidade de sair do aluguel era muito grande para todos eles; nesse sentido, o valor das casas e as prestações foram sedutoras. A centralidade da área e proximidade com o local de trabalho também deixavam a proposta atraente. No entanto, o fato da futura casa própria se localizar na área da 28 (ou Pelourinho, como eles dizem) tornou muito difícil a tomada de decisão para grande parte deles, pois, afinal, eles partilhavam a visão que o senso comum, boa parte da imprensa e o Estado tinham dessa área. Devem ter se perguntado: “Como morar em meio a usuários de drogas, prostituição e brigas?”:

De imediato ninguém quis, foi uma recusa quase que geral por conta do ambiente: “Não vou! Tanto usuário de droga, não vou não!”. Eu fui uma das pessoas que mais recusei. Mas, depois, mudei. Primeiro, pela necessidade de ter uma casa própria; depois, porque outros colegas incentivam uns aos outros: “A gente junto, um olhando o outro”. Essa ideia forte de conjunto, que todo mundo mora junto, que ajuda no que precisar, apoia o outro. E a gente abraçou a causa. Mas, de imediato, a ideia não foi bem vista. Se fizer uma pesquisa aí, 90% vai dizer que sua reação foi “Deus me livre, eu não quero!”. Depois que todo mundo mudou, todo mundo se instalou, melhorou o fluxo.

¹² Em contraste com os bairros periféricos (localizados nas áreas do Subúrbio e Miolo), os bairros populares centrais são mais antigos, densamente povoados e mais heterogêneos em sua composição (setores populares e médios). No que diz respeito aos indicadores sociais de renda, educação, habitação e categorias ocupacionais, a área central apresenta índices superiores aos do Subúrbio ou Miolo (Carvalho; Pereira, 2015).

Assinar o contrato foi muito fácil, escolher a casa, foi muito fácil. Mas, aceitar que eu vinha morar no Pelourinho foi uma luta. Eu tinha uma visão do Pelourinho, que é uma visão que o pessoal de fora tem: que é para curtir ou é para drogas. E como na época eu trabalhava aqui somente no serviço extra da polícia, onde o policial passa a noite, então, a visão que eu tinha do Pelourinho era da noite, da farra, das drogas, da violência, era briga de travesti, de Gillette, era facada, era o cara que contratava serviço da prostituta e não pagava, e tudo era a polícia que tinha que resolver, então, assim, era uma visão feia, não era uma visão boa.

O fato de estarem juntos, terem chegado ao mesmo tempo (em 2014) e morarem perto uns dos outros foram fatores que convenceram os PMs a aceitar a proposta de se tornarem habitantes da área da 28:

A gente aqui é uma rede de proteção. Eu me sinto protegido. Eu chego aqui em qualquer hora do dia ou da noite. Se tiver um problema, a gente liga para o colega do lado. Nos outros bairros, a gente não tinha essa liberdade, eu não conhecia o vizinho porque a gente sabe que a sociedade aí fora não gosta da gente, a gente não pode sair por aí fazendo amizade com a vizinhança. A gente sabe onde cada um mora, porque a gente veio para cá juntos. A gente chegou na mesma época e a gente tem uma história. Então, assim, eu me sinto protegido.

Vizinhos imediatos eu sabia que seriam os policiais e é o que acontece. Aqui são 4 casas de polícia, então a ideia é essa, porque se fosse casa com mais 4 casas que você não sabe de quem é, eu não viria não. Eu vim porque me disseram: "Ó, aqui são 10 policiais na rua".

Vale ressaltar que não há ingenuidade alguma por parte dos PMs no que diz respeito à oferta que lhes foi feita. Todos demonstram absoluta consciência de terem sido escolhidos pelo Estado para morarem na área da 28 porque somente policiais, ou seja, cidadãos armados, se atreveriam a morar em uma área tida como insegura:

A intenção é, na verdade, colocar policial aqui para oferecer segurança. Quando o morador é policial tem segurança 24h.

Para a primeira etapa, a Conder deve ter pensado: "Quem vai? Professor? Outro funcionário? Quem vai ter aquela coragem?". Aí, começaram a colocar os policiais. A intenção era fazer esse projeto para despoluir. Começou com policiais, para nas outras etapas ir colocando outros funcionários das secretarias.

"DESPOLUIR" A ÁREA

Uma vez instalados na área, os PMs formaram um grupo de *whatsapp* para resolverem coletivamente problemas relacionados às casas, tais como vazamentos, infiltrações, cupins, lixo, mau cheiro etc. Também constituíram comissões para exigir da

Conder a solução destes e outros problemas contratuais¹³. Entretanto, os problemas comuns não produziram um grupo de amigos ou um coletivo coeso. Cada um deles seguiu suas próprias vidas e grupos para além da farda partilhada, para além do fato de serem vizinhos. Assim, o grupo dos PMs é, de fato, um conjunto de subgrupos, havendo desavenças entre eles por questões relacionadas à personalidade ou aderências políticas:

A gente trabalha muito, então pouca gente se vê. Cada um tem seu emprego, tem seus horários que não bate com o da gente. Se vê no trabalho, porque a maioria trabalha aí.

Somos uma rede, compartilhamos informações. Não converso com todos, mas se eles precisarem de alguma coisa... Amigo não porque amizade é uma coisa mais profunda. Policial é uma pessoa mais isolada, se você for observar a vida dele é mais restrita.

A gente se conhece. Todos nós conhecemos todos. A relação da vizinhança policial em si, ela não é tão diferente da relação dos vizinhos não-policiais. Tem discussões, gente que não se fala.

Podemos dizer que os problemas estruturais das casas promoveram soluções conjuntas, mas, os problemas sociais do bairro foram assumidos individualmente. Nenhum PM disse terem se organizado para resolver o problema da presença dos usuários, “noiados” ou “sacizeiros” na área da 28. Entretanto, percebemos que todos eles tomaram as mesmas providências de “limpar a área”, seja por motivos estéticos ou higiênicos:

Incomoda bastante. Não é que eu tenha medo. É porque é feio. Você traz um amigo seu, passa por ali, tem uma visão feia até você chegar na sua casa. Aqui nessa rua até diminuiu bastante. Mas, para você chegar até aqui na sua casa, é horrível. Está feio. O centro está feio nesse sentido. Acho que é um problema até maior que a “boca”, porque a “boca” está lá dentro, o povo chega, compra e sai.

Quando cheguei aqui era tudo a visão do inferno, parecia The Walking Dead, um bocado de noiado na rua, pessoas drogadas. A gente teve que fazer uma limpa né, falar com eles, conversar com eles, foi difícil um pouco no início, mas depois entenderam que aqui estavam chegando policiais e eles não podiam fazer o que faziam: defecavam na rua, usavam droga, mijavam, urinavam no meio da rua, tomavam banho com mangueira, ficava até nu aqui. Então, era terrível essa rua.

¹³ Todos os PMs se referiram à mudança contratual que a Conder lhes impôs alguns anos depois de terem se instalado nas casas: ela reavaliou o valor dos imóveis e as prestações mensais tiveram de aumentar e se prolongar.

Embora em momento algum "limpar a barra" ou "fazer uma limpa" foi mencionado como sendo ordens vindas dos superiores, suas falas deixam transparecer que eles sentiam ser essa sua função:

Trouxeram policial para poder limpar a barra e dar um tipo de segurança para outros funcionários virem depois. Ofereceram para policiais porque era uma área muito perigosa, com ocorrência de crimes, de noiados na rua. A gente teve que fazer uma limpa né, falar com eles, conversar com eles, foi difícil um pouco no início. A gente fez eles sair daqui, eles foram pro canto lá para cima, pro lado de lá.

No final da Saldanha, todo mundo vê que estão usando drogas, todo mundo vê, passa e não faz nada. Só que assim ó: a polícia entende que é melhor que eles usem lá do que cá em cima.

Aqui, a incidência de sacizeiros transitando a noite toda era demais. Diminuiu, mas está voltando de novo. Inclusive tem uma moradora daqui, que eu tive um contraponto com ela, porque ela estava fumando o bagulho dela aqui, do lado do meu carro. Infelizmente eu enquadrei, botei ela para correr. Aí ela ficou chateada.

O que eles chamam de "limpeza" foi, de fato, a retirada dos usuários das ruas onde há moradores, obrigando-os a se concentrarem na área de ruínas. "Limpar a área" significou, portanto, não solucionar um problema, mas empurrar "a sujeira" "lá para cima":

Conversava com eles: "Por favor, vá usar sua droga lá embaixo. Aqui transitam pessoas de família, crianças, está certo?"

Eu dizia: "Bora, velho, não está vendo que tem família, não? Bora, vaza daqui da porta".

É importante destacar aqui uma ambiguidade na forma como os PMs enxergam os usuários: ao mesmo tempo em que os tratam como "sujeira" ou "feiura" que precisa ser varrida, concebem-nos como pessoas doentes que necessitam de ajuda. Assim concebidos, os usuários passam a ser um problema das instituições que cuidam da saúde pública, e não dos policiais:

Esses que se fazem vítimas de si mesmos e encontram na droga uma fuga, quem somos nós para julgá-los?

A gente sabe que não dá para fazer muita coisa com usuário. Se você levar para a delegacia ela não vai aceitar porque é usuário. Usuário é doença.

Usuário é uma questão de saúde pública. Não é um trabalho da polícia, porque ali naquele lugar eles são usuários. Você não vai prender um usuário. Tem muitos usuários aqui que não são ladrões, são pessoas que são doentes na realidade. Doente que precisa de ajuda, mas não sou eu que ajuda, aí vem o Estado, a ausência do Estado: "Ah, não pode pegar para fazer internamento compulsório", mas dê outra opção, dê outra opção!

São pessoas que precisam de ajuda mesmo, precisam de uma internação, porque o usuário não tem como dizer que quer ou não quer, ele não tem mais força para isso.

É um tratamento de saúde mesmo, eles são doentes, os usuários são doentes, são pessoas que precisam de ajuda.

Outro problema "social" que os PMs tiveram de enfrentar foram os roubos e assaltos na área. Para alguns deles, este problema era ainda mais grave do que a presença dos usuários:

Esse problema dos usuários incomoda, mas acho que não é o principal não. O problema são aqueles que vão na linha do roubo mesmo, aí não são doentes, aí é desvio de caráter mesmo. Esses sim demonstram perigo.

Usuário de droga, reconhecido como crackeiro, por incrível que pareça, não é ele que me causa problema. Eles ficam em um local específico, como se fosse uma cracolândia, eles usam a droga deles sem perturbar ninguém. O problema maior é o problema do assalto. Quem assalta não é o cara que está viciado. Pode acontecer? Pode. Porém, é o jovem, os adultos, que têm a finalidade de roubar corrente de ouro, celular, para se divertir, para sair, para usar uma droga mais recreativa.

O objetivo do programa era dar uma espécie de oxigenização, para mudar o ar do bairro. Isso é feito geralmente e ainda continua sendo feito em outros bairros populares: ofertam casas de valores populares para policiais naquela região. Porque, quando cheguei aqui, pense na quantidade de assalto que tinha!

Assim, como foi feito com os usuários, os PMs passam a agir individualmente diante dos sujeitos que praticam roubos e assaltos em sua área de moradia, mas sentindo-se amparados por aquilo que eles acham que o Estado espera deles. A prática é a mesma – deslocar o problema para outras ruas ou intimidar, mas não prender ou declarar guerra abertamente.

Aqui, tinha assalto toda hora, as pessoas não podiam passar aqui. Então, a gente começou a fazer limpeza: "Bora, saia todo mundo aqui, não quero aqui não". Porque os meninos ficavam nesse beco aqui. "Se ficar aqui vai ter problema, viu?". Aí, eles foram para outro lugar, mas aqui na rua não tem, a gente não vê muito assalto, porque a gente deslocou. A gente ocupou o espaço.

Eu tenho uma postura enquanto policial de ficar na janela observando a movimentação. Não que eu vá reagir, só se eu realmente tiver condição, mas só o fato de você estar ali e eles aqui, aqueles que praticavam assalto na região, sabem que tem policiais, já melhorou muito porque pensam: "Ó, tem policial naquela esquina, naquela outra tem outro. Se tiver a oportunidade, ele vai me prender e me apresentar na delegacia".

A "POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA"

Já em relação ao comércio de drogas, os PMs admitem uma capacidade de "limpeza" bem menor. A facilidade para "empurrar" os usuários e ladrões para outros cantos contrasta com a posição da maioria deles de não fazer nada contra o "tráfico". Segundo eles, este seria

um problema maior que caberia ao Estado enfrentar, não a indivíduos ou a sargentos que não têm voz de mando:

Eu sei que o comércio de drogas existe, a gente está a menos de 100 metros do batalhão de polícia. Tem um comandante, tem subcomandante, tem os policiais que trabalham na unidade. Então, o Estado sabe o que acontece. O Estado, nesse caso, eu digo a polícia, que aqui é o braço do Estado que funciona, sabe o que acontece. Sabe onde é. Eu não vou ficar entrando em rota de colisão com o vizinho porque ele está vendendo cocaína em minha porta. A minha postura, se o Estado vê e não intervém, é: não sou eu enquanto policial, enquanto indivíduo, que tem que fazê-lo, né? Então, não tenho grandes conflitos não.

O que está acontecendo aqui na Bahia é que chegou o reinado dos bandidos. Está na fase dos bandidos, polícia não pode caçar bandido, ao contrário, é caçado. Polícia não pode caçar o tráfico, não pode falar nada. “Trafique aí, só não mexa em mim aí”. Tipo assim, uma situação amigável, imposta à força. Porque você não pode chegar e brigar com o tráfico. Se o policial pegar e for para dentro deles, for para dentro para tiro, para pegar eles, prender eles, todo mundo cai em cima de você, todo o sistema. Se você matar, eles vêm com tudo. Juiz, desembargador, pede para afastar você logo. A própria polícia também está assim. Então a gente está acuado, sem poder mexer neles. A vez é deles. Então, é o reino das hienas.

O tráfico está cada vez se ampliando mais, né? Onde o Estado se ausenta, o crime toma conta. Infelizmente é assim que funciona.

Outro argumento muito comum para “deixar quieto lá” é o fato de, na área, os PMs se considerarem moradores, mais do que policiais:

Para mim, o paradoxo não é como policiais moram numa boca, a questão é como existe uma boca no fundo do Comando do Batalhão, no fundo do 18º BPM. Então, não sou eu enquanto morador que vou bater de frente sozinho com isso, porque, se eu for olhar meu lado policial, poderia até tentar, mas se for olhar meu lado família não. Então, melhor deixar quieto lá, eles vivem lá a vidinha deles lá, eu vivo a minha aqui. Bater de frente não cabe. Se eu não mexer com eles vou estar mais seguro do que se mexer, porque vou estar mexendo na casa do marimbondo, e pelo menos os daqui já me conhecem, já não bole comigo. Então, é melhor deixar, entregar a Deus.

Não converso, não paro né, mas dou meu bom dia. Meu coração dispara não é de medo, mas é porque eu estou passando e eu como policial eu não posso fazer nada. Porque nós somos moradores. Então, assim, se o governo pensou em colocar policiais para morar aqui por causa disso, existe uma situação de que nós viemos não como policiais, nós viemos como moradores. Eles nunca fizeram nada contra nós porque nós nunca também fizemos nada diretamente com eles. Mas, é estranho, não era para existir mais aqui, não era. Porque, assim, nós temos um batalhão dentro de uma dessas ruas que vai ser agora aqui.

Aqui as coisas acontecem de forma mais explícita. Talvez isso choque porque é explícito. Numa rua onde moram oito, sete policiais, o tráfico funciona a todo vapor nas esquinas. É até absurdo dizer que aqui na rua onde eu moro, onde moram vários policiais, tem tráfico de droga. À luz do dia, o dia inteiro, 24 horas. Inclusive, algumas situações de passar elementos aqui armados, de subir o conflito de gangues. E os policiais andam fardados. Na região periférica de Salvador, você não vê o policial chegando e saindo fardado. Aqui é uma aliança, eu nem diria amistosa, mas, assim, raramente você vai ver um conflito aqui. Quando eu tiro a farda, eu sou morador. Eu tenho consciência do quão conflituosa é essa moradia aqui, mas eu acho que

minha postura vai me isentar de algumas coisas, porque eu não ando coibindo ninguém.

Eu não posso chegar, fazer, abordar, porque eu sou morador. O que a gente faz? A gente passa informações para os superiores, e aí eles mandam investigar e providenciam de acordo a cada necessidade. É o que a gente pode fazer. Eu, como morador, eu não posso me envolver. Porque, na verdade, na verdade, a gente é polícia. Eles sabem disso. Então eles ficam observando o nosso comportamento, nós somos observados, nós somos vigiados, nossas ações. E a gente tem que saber lidar. Tem que ter sabedoria. Tem que ter cautela. Agora eu, quando eu assumo meu serviço, ali já é outra história. Aí eu tenho que estar para combater a violência.

Tem que manter a política de boa vizinhança. Tem droga ali, boca de droga aqui, boca de droga cá. Em Roma, onde eu morava também existe boca. E eu não me envolvia. E todo mundo sabia que eu era polícia. Tenho 25 anos na polícia. Onde não tem? É só a pessoa não se envolver. Tem que botar uma venda nos olhos e fingir. Um cara veio do Gravatá e tomou essa boca aí. Aí eles ficaram ali na frente onde invadiram, olhando para mim, porque eu trabalho na área. Aí eu acionei os meninos e disse: "Olhe, existe isso, isso e isso", os meninos veio e ficou naquele negócio, mas como a gente tem a política da boa vizinhança, eu peguei um e disse: "Olhe, veja aí, não me interessa o que aconteceu, mas água e óleo não se mistura, pelo amor de Deus eu quero continuar saindo e entrando na minha casa". O recado foi dado, não veio mais ninguém aqui.

Pelo fato de a gente querer manter a convivência entre vizinhos em harmonia, a gente nunca vai se envolver. E eu vou te dizer, essa ordem [de se envolver] nunca vai chegar porque a polícia não tem como expor nós moradores a tal ponto, pelo fato de sermos moradores.

Eles não mexem comigo. E também eu não posso fazer nada, até porque é um problema social, né? Nossa presença impõe, mas não resolve. Os traficantes é uma questão de segurança pública. Se quem é responsável pela segurança pública não vai e resolve, nós moradores não vamos resolver.

Eles lá, eu cá. Nunca ninguém mexeu comigo não, nada. Saio da noite para o dia, falo com eles, passo. A gente sabe que todo bairro tem. Então, o que a gente vai mudar? Nada. Então, para mim, aqui não me afeta nada.

Embora muitos digam que não se sentem afetados pela presença do "tráfico", outros, uma minoria, admitem sentir medo, viver acuados:

E eles sabem que eu sou policial, na área, de viatura. Quando meus colegas vêm para cá, minhas visitas, eu não posso me dar ao luxo de subir e ficar passando com eles. Eu vivo aprisionado, vivo acuado. Se tiver que tomar cervejinha, eu tomo aqui ó [na sua casa]. Até o mercado eu recebo na minha casa. Mas não desço, tenho medo.

Teríamos, assim, uma maioria de PMs que "não mexe em casa de marimbondo", e que vive sem grandes conflitos éticos por causa disso. Por outro lado, uma minoria declara ter medo e outra pequena porção afirma que gostaria de "bater de frente" porque acha o correto a ser feito, mas não o faz pela consciência da falta de forças para enfrentá-los; o que os faz sentir-se impotentes, tendo de abaixar a cabeça diante do "tráfico", vivendo "de forma covarde":

Quando eu cheguei, como sou muito atuante, bati de frente. Hoje, acho que a melhor forma de conviver é entender que, não queria falar essa palavra, mas não tem jeito, o traficante tem mais poder em termos financeiros e de decisão para resolver coisas que não estão na minha alçada. Então, minha atividade é uma forma covarde de viver. Viver aqui é uma forma covarde.

Ainda dentro da minoria, existem aqueles poucos que admitem negociar abertamente com o “tráfico”:

Eu bato na porta do traficante e digo: “Vem conversar comigo. Por que você está proibindo o povo de falar, qual o problema? Eu moro aqui”. Eu disse a eles: “Não me interessa o que você vende, para quem você vende, porque compra quem quer, eu só não quero que os seus clientes roubem na minha área. Porque tem muitos roubos aqui, sacizeiros na porta de casa fumando pedra. Eu digo: “Comece a ordenar o seu comércio, seus clientes não podem roubar, não podem sujar a rua’. E eles limpam. Eles me respeitam, mas o que eles respeitam, querendo ou não, é a força bruta. Eu não tenho nada a ver com o tráfico, tenho a ver com a população. Eu aprendi que a polícia militar é para a população. Não é investigativa, eu estou aqui para prevenção. E para prevenir tem que haver um diálogo com eles e ter um acordo com eles. Eu tenho: “Onde eu estou, vocês não vão traficar. E onde eu estou não quero que seus clientes roubem”.

Estas posturas vontade de bater de frente e negociação com o “tráfico” para que eles ordenem seu comércio nas ruas onde os PMs moram – são minoritárias. A atitude mais generalizada dos policiais em relação ao “tráfico” na área da 28 é a de “deixa quieto”.

“PARA A GENTE, AS OCUPAÇÕES NÃO TRAZEM PROBLEMA”

Apenas um entre os 19 PMs entrevistados disse não ter conhecimento dos casarões ocupados na área da 28. Apartamentos ou casarões inteiros reformados e vazios são uma realidade recorrente no CHS (Montoya Uriarte *et al.*, 2018), que é vista por muitos como provocação ou como oportunidade e diante da qual respondem ocupando o espaço vazio. A atitude dos policiais diante dessas “invasões” de propriedade é a mesma que diante do “tráfico” – o problema não é nosso, é do Estado.

Nós policiais não tínhamos capacidade nem autorização para intervir nesse aspecto. Até porque é do Estado, mas o Estado não dá carta branca para que a polícia faça isso. Tem que ter mandado de reintegração de posse, junção, mais um oficial de justiça. A polícia só dá a segurança ao oficial de justiça.

A maior parte dos PMs acha que os “invasores” são os antigos moradores:

Quem invade são os filhos das pessoas que moram aqui. Esses dois daí mesmo, a mãe mora na esquina.

Desde que cheguei aqui tem tido ocupações, né, porque, assim, muitos estão ocupando, mas têm casa, tem lugar onde morar. Muitos pegaram e ganharam casa

de Minha Casa Minha Vida e venderam e retornaram para o centro. E fizeram outra ocupação. Dali ele vai ganhar uma casa e vai vender e ali vai fazer um dinheiro. O que eles [Conder] tinham que fazer é: ocupou, e na mesma hora desocupar. Não é deixar o pessoal morar, morar, morar não. Mas aí o Ministério Público entra com uma ação para dar apoio aos moradores porque não têm onde morar.

Os vizinhos que moram no mesmo prédio invadiram a casa da viúva, porque ela estava com problemas de saúde, no joelho, e saiu um tempo para a casa da filha, e nesse meio tempo invadiram a casa dela. Os próprios vizinhos. Os moradores.

Tem invasões pela facilidade de entrar e de ficar por isso mesmo. E aí entram outras políticas, o social que precisa. Agora, tem que existir uma pesquisa até para saber quem realmente já foi beneficiado.

Essa casa é uma ocupação. Dizem que é receptação de celular que roubam na rua.

Aqui do lado tem duas casas ocupadas. Eu falo "Oi", "Boa tarde, bom dia". Dizem que é família, outros dizem também que tem envolvimento com o tráfico.

Aqui boa parte é invasão. Já começou o afavelamento. Esse prédio, o Carandiru 1 e o Carandiru 2. São os próprios moradores que invadem. Inclusive já houve assaltos aqui nessa área e tudo, desse pessoal daqui mesmo. Eu não estou dizendo que essas pessoas que estão aqui estão equivocadas, porque se eu estivesse no lugar deles faria a mesma coisa também: "Moro aqui há tantos anos e vão me jogar onde agora?". Só na época de ACM [Antônio Carlos Magalhães] faziam isso.

Como podemos ver no depoimento acima, vários PMs acreditam que as ocupações se justificam. Assim como os usuários são vistos como doentes, os "invasores" são considerados necessitados, com razões que justificam suas ações:

Tem uma moça que mora nessa casa, é um amor de pessoa. Tem toda uma história de vida para contar o porquê dela ter invadido. Para nós, ela é moradora. A gente não fica muito questionando essas coisas, porque é complicado.

É gente que precisa, e como estão fechados e há facilidade de entrar, eles entram.

Depende do público, se for um público como esse pessoal que está aí, está ótimo. Pelo menos é um pessoal tudo direitinho, trabalham, não vejo postura negativa. Mas, e se não for? Se for um fugitivo, como tem uns dois ou três aqui? Aí fica complicado.

As invasões elas se tornam um problema quando quem mora traz problema. Porque, para a gente, morador, as ocupações não vão trazer problema. Eu vou falar para você de uma forma bem clara: ela está trazendo problema para a Conder, mas para a gente não está trazendo, nunca vai trazer. Porque se for uma pessoa que está morando para botar a família, para botar um abrigo para a família dele, então ele nunca vai trazer problema para o vizinho. Agora, assim, quando a ocupação tem um pessoal que comete crime, para poder compartilhar para roubo, um pessoal que trafica droga, que usa drogas... Mas o que eu percebo é que a ocupação é gente que coloca família para dentro da casa, pelo menos a daqui são pessoas que trabalham e colocaram família dentro de casa.

Tem conhecidos meus hoje tidos como invasores, que foi um pessoal que recebeu a indenização, foi para outro lugar e depois retornou para as casas que não estavam reformadas. E hoje não querem sair das casas porque têm medo de sair e não voltar. Eu acho justo porque eles foram nascidos e criados aqui no centro, e o governo pega esse pessoal e bota lá para um bairro bem distante, para o pessoal vir e ter que pagar transporte, porque eles trabalham aqui no centro, a maioria são autônomos e vivem

dessa renda aqui do centro. Então não sou contra o pessoal. Porque esse pessoal que recebeu indenização depois eles viram que a indenização que o governo pagou foi muito pouco. Teve pessoas que me falaram que receberam três mil e pouco: onde é que você vai comprar uma casa com isso? Mesmo que seja de um quarto ou uma kitnete, não tem, não existe. Aí você vai sair do centro, onde você tem seu trabalho, sua barraquinha, seu isopor, onde você vende sua água, onde seu filho vai para escola andando, para ir para um bairro. Se eu que tenho meu emprego certo, funcionário público, eu sentia no bolso o preço do aluguel, imagina quem não tem emprego certo, que vive de bico. Os dois que invadiram aqui foi família que veio morar. Não veio usar droga, para fazer farra, veio com a mulher e com filhos. Então, para mim é família, não me incomoda. O problema é quando o povo invade para droga, fazer de base de droga, né? Mas a culpa, para mim, dessas invasões, é da Conder. Que reforma as casas e não entrega logo para o morador, tem muito funcionário público aí querendo.

Tem antigos moradores que não ganharam suas casas. Então, eu comecei a pesquisar quem era daqui e quem tinha família. E aí eu pensei: "Ó, se vocês entrarem vou fazer vistas grossas", porque tinha filho, tem filho especial, e aí eles invadiram. E aí eu até ajudei eles a ir no Ministério Público para oficializar e eles não perderem os imóveis. A gente estava cuidando, a gente estava vigiando, porque você deixar a casa pronta, sem ninguém para morar, é jogar dinheiro fora. É dinheiro público jogado fora. É desumano você ter pessoas passando dificuldade, entende?

Para grande parte dos PMs, as "invasões" não são um problema em si. Com exceção de um, não encontramos a defesa de um direito líquido e certo da propriedade: o que há são pessoas trabalhadoras e famílias com necessidades e com direito à moradia, ou pessoas habitantes há muito tempo do centro, que foram destituídas do direito de morar nele. As "invasões" podem se justificar igualmente pelas intenções de quem as faz, como no caso dos depoimentos de dois PMs que admitem fazer ocupações:

O terreno do lado estava abandonado. Antes de eu botar as câmeras aí, entravam, jogavam objetos. Aí eu abri, limpei, estou cuidando, fiz isso aí. Botei um piso rebocando essa parede para não desabar. Tinha uma casa de cupim, que tinha uma madeira antiga. Fiz esse recorte para poder acessar. Aí estou cuidando, estou limpando, até o dia que o dono aparecer. Mas, infelizmente, tem moradores aqui que, ao perceber, não gostaram muito. Mas, não gostaram porque não sabem o que está acontecendo, não sabem com que objetivo eu estou utilizando. Porque não pode ficar o terreno trazendo problemas para minha saúde, a umidade toda vindo para minha casa. Então, sobre esse tema das invasões, eu não posso falar da trave do olho do meu irmão, sendo que o meu está com uma trave.

Então, eu me sinto lesado. Eu me tornei invasor porque eles não nos forneceram o contrato novo, querendo renovar o contrato.

Assim como o problema dos usuários é um problema de saúde pública e o "tráfico", igualmente, um problema de segurança pública, as "invasões" são, aos olhos dos PMs, um problema da política habitacional da Conder, do Estado:

A Conder negligencia muito, faz o imóvel e deixa vazio. Aqui do lado mesmo. Inclusive um morador daqui mesmo da rua, que mora aqui, que supostamente

também é um dos que faz um movimento com droga, invadiu, trocou fechadura. Eu não vou bater e botar a mão na cara de ninguém para dizer saia. A casa não é minha. "Ah, mas isso termina reverberando e vai influenciar na nossa", de fato. Mas eu vou fazer o quê?

É um projeto que já nasce cheio de falha e com possibilidade de fracassar. A finalidade era habitar a área com pessoas que consigam manter esse entorno funcionando por conta da renda. Mas isso termina indo por água abaixo quando você deixa os imóveis vazios e quem ocupa são os moradores daqui, que têm outras casas. Se você for ver são pessoas que têm casas. Mas o Estado faz a meia boca. Faz deixar o imóvel aí fechado um tempão.

"EU QUERO OCUPAR ESSE ESPAÇO, MAS NÃO QUERO FAZER PARTE DA COMUNIDADE"

Nenhum PM disse conhecer a história das cem famílias que lutaram para permanecer morando na área da 28. Contudo, tinham todos a mesma imagem dos que viriam a ser seus vizinhos: pessoas carentes, marginalizadas, prostitutas, que já viviam na área e "invadiram" as casas, trabalhando com meios ilícitos:

A única coisa que eu sabia do Pelourinho era por informações de terceiros: que as casas foram desabitadas pelo antigo governador ACM, que essas pessoas foram relocadas em outro local em Salvador e que muitas dessas casas foram invadidas por pessoas carentes, marginalizadas, prostitutas.

Nós sabemos, e temos como comprovar, que em nosso entorno tem diversos moradores que estão pagando de 50 a 60 reais. Outros sendo indenizados com apartamentos lá no Parque das Bromélias. Outros que trabalham com meios ilícitos, com uso de entorpecentes, e estão em nosso entorno. Eu sabia que iria conviver com os moradores, eu só não sabia que morar aqui tinha risco de morte, isso aí eu não sabia. Fui ameaçado diversas vezes.

Após anos morando na área, muitos mudaram sua visão e descobriram que, dentre os habitantes antigos, havia também "pessoas", "pessoas de bem", "famílias", "trabalhadores":

Nunca pensei em morar no centro, por aquela questão social. Mas, quando eu vim para cá, ao contrário do que se ouve, vi que tem famílias aqui, tem pessoas de bem. Eu conheci mães de família com filhos que cresceram, se formaram e se tornaram pessoas.

Quem mora fora fala: "Não vá lá porque é lugar de prostituição, vai ser roubado, vai ser extorquido, vai ser estuprado". Aí, depois que você chega aqui e começa a conhecer o bairro, não é esse monstro todo que o pessoal fala.

A gente, com o tempo, vai vendo as coisas e vai amadurecendo. Eu aprendo muito aqui, acho isso aqui uma riqueza. Eu vejo muita coisa linda aqui nesse Pelourinho. No início eu tinha vergonha, hoje mais não. Hoje eu tenho orgulho.

Os que moram nos prédios da frente são senhores, pessoas que trabalham, na correria, são pessoas de muito respeito, de uma convivência muito tranquila. Eu vejo que trabalham muito naquelas festas, vendendo cerveja, água. Nas festas de São João, Carnaval, colocam barraquinha e vendem comida, drinks. Mas, da esquina para lá, eu não conheço o pessoal. E, para lá, já tem um movimento maior de tráfico.

Mas, da esquina para cá, esses moradores antigos aqui são pessoas muito queridas, têm uma relação muito saudável com a gente, de vizinhança mesmo.

Os PMs fazem questão de frisar que existem dois grupos no interior do conjunto dos habitantes antigos: os "honrosos" e os que gostam de "pegar o do outro".

Embora os moradores antigos são honrosos, respeitam, tem aqueles que têm a intenção, o desejo, a vontade de pegar o do outro. Os valores, em algum momento da formação, por algum motivo, foram corrompidos e aí, por ser corrompido, para ele é natural tomar à força de alguém. Às vezes, é para usar droga, às vezes, não. É da natureza, do instinto mesmo de tomar à força, como se você tivesse a obrigação de dar a ele o que você batalhou para ter.

De forma geral, os "honrosos" correspondem aos habitantes antigos mais idosos:

Dona fulana, moradora antiga, é a dona do bar. Ela acolheu a gente no início. Ela foi muito importante no nosso processo porque a gente não tinha água e aí ela nos cedeu. A gente ficou uns 15 dias usando a água dela; ia lá, enchia o balde e vinha e tomava banho. Ela nos acolheu. Ela foi muito importante para a gente, foi não, é muito importante.

Já os jovens, menos trabalhadores, são vistos como mais ligados a formas ilícitas de ganhar a vida – "não gostam de pagar impostos, pagar luz, vivem de pequenos furtos":

Quando você passa, tem olhares, conversa de pé de ouvido, todo mundo para de falar. Só os mais antigos cumprimentam porque nós cumprimentamos, mas os mais jovens não. Do Prohabit em relação a esse pessoal aí existe uma linha tênue e nervosa de uma certa gentileza. O pensamento é: eu sou uma desgraça, então vou tratar bem porque o outro lado também é uma desgraça. Se essa linha trêmula sair do eixo, sabe-se Deus o que vai acontecer.

O pessoal antigo é ótimo, são pessoas respeitadoras, educadas, mas, o pessoal jovem só quer viver de aventura, não gostam de pagar impostos, pagar luz, vivem de pequenos furtos. Talvez seja questão de oportunidade. Não sei se é educação, criação, não sei se é o exemplo familiar.

Por que os jovens agem dessa forma e vivem de pequenos furtos? A explicação recorrente é a educação que recebem de seus pais. Os habitantes antigos careceriam de uma estrutura familiar e educariam seus filhos de forma excessivamente solta nas ruas:

O que eu vejo aqui é muito abandono de crianças. O que eu me incomodo com alguns moradores daqui é isso. Eles deixam o filho muito ali à toa. Nos bares, vejo crianças de cinco, seis anos, às duas, três horas da manhã indo comprar, porque o pai e a mãe estão bebendo, usando droga. Outro dia estava passando uma reportagem de umas meninas assaltando as lojas na Avenida Sete. Eram tudo daqui de baixo, tudo conhecido. Falta orientação, falta educação, falta estrutura familiar. Podia estar trabalhando, estudando, mas estão em loja, roubando. E não tem necessidade disso.

As relações de vizinhança entre PMs e habitantes antigos não são de apenas um tipo. Segundo um PM, elas dependem do caráter dos PMs – se eles gostam de se envolver, se não gostam ou se querem se envolver para melhorar:

Tem alguns policiais que moram aqui, mas não se envolvem: “Ah, eu quero ocupar esse espaço, mas não quero fazer parte da comunidade”. Tem os que querem ser como a comunidade: temos colegas que namoraram traficantes aqui, que são homossexuais e têm relacionamento com gente daqui, que moram aqui e compram drogas. O terceiro grupo está aí no meio de tudo: quer se envolver com a comunidade, tentar melhorar o ambiente.

Os que não gostam de se envolver formam a maioria. Eles mantêm relações “cordiais” com os habitantes antigos, limitando-se a cumprimentos convencionais como “bom dia”, evitando embates:

Eu aqui nunca tive conflitos com vizinhança por conta de questões de moradia, pelo menos esses dois prédios aqui em frente não temos grandes conflitos. O problema são as extremidades. A porção aqui da rua são famílias que eu tenho uma convivência tranquila. Eu diria que a minha relação é cordial com eles. A gente consegue manter relação sem grandes conflitos.

Em geral, cada um vive sua vida. Eu passo, digo “bom dia”, “boa tarde” e acabou. É uma relação pacífica com a comunidade, já que alguns que eu conheço, que atuam fora da lei, na marginalidade, nunca me disseram nada, nunca me trouxeram nenhum problema fora do serviço, porque sabem como sou: se ninguém deu jeito, não sou eu quem vou fazer. Só tenho desconforto com a vizinhança quando colocam som alto evangélico. É uma tentativa de dizer, acredito eu, que não há espaço para outra crença. Mas, eu levo isso de forma tranquila, não levo isso para nenhum tipo de embate. Relevo e ignoro.

Nessas relações, alguns incluem conversas esporádicas, pequenos favores:

Houve muita timidez por parte da comunidade, muita vergonha de se aproximar. Mas, comigo mesmo, por estar vindo da periferia, acho que isso facilitou muito a relação, principalmente minha com a comunidade. Muito rápido e facilmente fiz relações, converso. Apesar de que teve alguns contratempos por conta de lixo, uso de drogas e tal, mas, graças a Deus, a gente conseguiu fazer com que as coisas seguissem a perfeita ordem.

A gente não veio para aqui para trazer dor, a gente veio buscar a nossa paz. Eu vejo isso aqui como paz. Eu saio sem medo, eu chego com farda e saio de farda. Quando vou trabalhar de manhã feliz, converso com o gari, com o pessoal, os sacis. Hoje eu entendo a realidade deles, coisa que antes de vir morar aqui eu não entendia. Graças a Deus, a relação com os vizinhos é harmoniosa, tranquila. A gente sempre quando passa dá “bom dia”, se uma encomenda do correio chega e a gente não está, eles recebem. Aí, quando a gente chega, chamam. Eles não vêm aqui, eu não vou lá, mas, quando a gente se encontra aí na porta, às vezes, para para conversar. Nessa rua em especial, os moradores antigos são pessoas maravilhosas. São pessoas que quando eu trabalhava aqui eu já tinha contato visual e já tinha uma simpatia, como até hoje. Os moradores antigos aqui são pessoas que a gente tem uma relação muito saudável, graças a Deus. Desse prédio aqui em frente são pessoas que já moraram há muitos anos, muito agradáveis.

Uma minoria, no entanto, quer se envolver para mudar o ambiente:

Eu me vejo como um instrumento de mudança. Por exemplo, eu fico vigiando o filho da menina: “Foi para escola hoje? Quero ver, viu? Vai passar aqui fardado para eu ver”. Eles: “Ó, passei de ano!”. Nossa relação é de mutualismo: eles se aproveitam de nós termos melhorado o ambiente, muitos agradecem a gente, mas, em contrapartida, eu precisei que fosse tão degradado para que eu pudesse vir para cá. Se eu reclamo que quebrou a luz, eles também se beneficiam porque eu arrumo a luz. O que um faz, o outro se beneficia. Eu me benefico porque chamo a atenção do governo para cá.

E outra se envolve fazendo parte da comunidade, por partilhar a mesma cultura do “gueto”, na qual viver juntos implica necessariamente se misturar:

Eu conheço bastante gente. Não sou tanto de ir para a casa das pessoas, mas conheço muita gente aqui que eu paro, converso, sento no bar, que tomo uma cerveja, que às vezes me convida para um aniversário, para um lugar, eu tenho essa interação. Todo mundo. Eu digo a você que eu tenho mais convivência com alguns moradores do que com colegas.

Eu sempre vivi em comunidade, no gueto. A comunidade é um grupo de pessoas que interage, que tem amizade, que se fala. Se eu andar com você daqui até lá, você vai ver quantas pessoas falam comigo. O pessoal que trabalha na limpeza urbana, que carrega o gás, a água, material de construção, o pessoal que consome drogas, todos eles falam comigo. Quando tem um problema da rua, eu me junto com os meus vizinhos para resolver. No carnaval, eu danço na rua, fantasiado, no bloco que é daqui, o Axé Dança Bahia. Eu dou caruru todo ano e meus vizinhos vêm para cá. Aniversário, chamo os vizinhos. Já fomos para a praia juntos, voltamos 23h da noite!

REFLEXÕES SOBRE ESTADO, ORDEM E ASTÚCIAS NA ÁREA DA 28

Nesta última seção, permito-me amarrar alguns cabos (dados) apresentados até o momento. Meu pressuposto é que o que os PMs fazem e pensam não são simples escolhas individuais e há algum tipo de lógica subjacente ao que se apresenta como espontâneo ou aleatório. Se as práticas dos diversos atores estão engrenadas, é preciso encontrar a mão invisível de quem faz o sistema funcionar e as artimanhas de sobrevivência daqueles que estão dentro dele. É claro que a teia que proponho é um exercício que é devedor do material produzido em campo, mas, também, das referências teóricas que me acompanham há muito tempo.

Assim, irei refletir aqui sobre a *presença ausente* do Estado, a ordem que de fato ele impõe na área da 28 e as astúcias dos PMs para, no cotidiano, lidar com ela. O Estado aparece mencionado inúmeras vezes nos depoimentos dos PMs que reproduzi até aqui. Mas, o que seria o Estado? Na visão marxista, o Estado é o aparelho ou instrumento mediante o qual as frações dominantes exercem sua dominação; ou, dito de outra forma, é uma estrutura de

dominação construída pelas frações dominantes, contra os interesses dos grupos subalternos. No marxismo de Lefebvre (2000, p. 324), o espaço tem um papel muito importante na máquina de dominação: “O que é o Estado? Um quadro, dizem os especialistas “politicólogos”, o quadro de um poder que toma decisões, de sorte que interesses (os da minoria: classes, frações de classe) se impõem, a tal ponto que passam por interesses gerais. De acordo, mas é preciso acrescentar: quadro espacial”.

Cito esta definição apenas para contrastá-la com o conceito *emic* de Estado. Os depoimentos dos PMs nos permitem afirmar que, para eles, o Estado não é uma abstração¹⁴, mas um conjunto de instituições concretas com funções concretas. Para eles, a função dessas instituições é produzir/manter a ordem (enquanto que, para os antigos habitantes, esta função é a de promover/garantir direitos). Vale ressaltar que, apesar dos policiais pertencerem a uma instituição estatal, eles não se concebem sendo Estado; veem-se como funcionários dele, e funcionários subalternos, isto é, que recebem ordens de seus superiores. Seriam operários do Estado, não o Estado.

Apesar dessa diferença de concepção da função do Estado, PMs e habitantes antigos concordam que ele não cumpre seu papel. Diversos depoimentos dos policiais se referem ao Estado como instituição ausente: o “Estado vê e não intervém”, “fecha os olhos”, dizem. Em sua opinião, o Estado ausente é responsável pela presença dos usuários na área (em virtude da ausência de medidas relacionadas à saúde pública), pela permanência do “tráfico” (por conta da ausência de medidas das instituições da ordem pública) e pelas recorrentes “invasões” de casarões (em razão da ausência de uma boa administração da Conder). A ausência ou presença precária do Estado explicaria o surgimento de outras instituições, paralelas ao Estado, que um PM chama de “Estado informal”:

Tem um prédio invadido onde está escrito assim: “É proibido rouba” [sic]. No nosso grupo de whatsapp chamado Beco News, porque a gente mora num beco, não é chique não, botei com sarcasmo: “Estamos completamente seguros no Pelourinho, seguros pelo Estado formal, e seguros pelo Estado informal. Inclusive o Estado

¹⁴ Esta abstração aparece claramente, por exemplo, na definição de Pierre Clastres: “O Estado é o exercício do poder político” (Clastres, 1980, p. 166) ou o “acionamento efetivo da relação de poder” (Clastres apud Barbosa, 2004, p. 537). Referir-se ao Estado como “quadro”, “máquina”, “estrutura”, “instrumento” ou “organização” é também falar dele em termos abstratos. Outro exemplo de abstração é a definição de Estado de Weber (1994, p. 34): “Uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado, quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes”.

informal já avisa: “Proibido roubar”. Eu só acho que o Estado informal precisa de um professor de português.

Outro PM se refere a uma “natureza do Estado” baiano ou brasileiro de fazer as coisas pela metade, malfeitas, deixando que os habitantes “se virem”, instituindo ele mesmo a precariedade, informalidade e ilegalidade (no caso, os “gatos” de água e energia elétrica):

É da natureza do Estado a precarização do que ele costuma fazer. A gente recebeu o imóvel em condições básicas, sem piso, com um problema da água que não se resolve. A Conder é um órgão do Estado, a Embasa também, e eles não conseguem se acertar e ficam nessa briga. E aí é isso, termina gerando conflitos: funcionários da Embasa querendo vir cortar a água e o policial dizendo que não vai cortar porque senão vai dar tiro. Eu tenho uns oito anos aqui e a água está funcionando dessa forma precária. Então, essa é a forma que o Estado faz: se virem.

Eu acho que a Conder fecha muito os olhos para essa questão dos casarões invadidos, são casarões que viram ponto de tráfico, simples assim.

Nos anos 2000, a área da 28 estava sob o comando claro do Estado: foi ele quem pensou o projeto de reforma dos casarões e do uso predominantemente residencial; quem expulsou grande parte dos habitantes e executou a reforma; quem escolheu os novos moradores e distribuiu estes e os antigos habitantes no espaço. Contudo, após a entrega das chaves aos habitantes (antigos e novos), o Estado se retirou da função de pensar e produzir o espaço, sendo sua presença maiormente restrita a alguns prédios, tais como a Escola de Dança (Rua da Oração, nº 1), o Centro de Formação em Artes (Rua do Bispo, nº 29), a Diretoria de Audiovisual (Dimas) (Rua 28 de Setembro, nº 15), o Centro de Saúde (Rua do Bispo, nº 37) e o 18º BPM (localizado até pouco tempo atrás na Rua do Bispo nº 33 e agora situado na Rua do Tijolo nº 26) ¹⁵. Na visão dos PMs, o atual Estado é ausente em suas funções de manutenção da ordem, o que propicia buscas individuais ou coletivas para preencher o vácuo que ele deixa. Assim, para manter a ordem, vale colocar câmeras na rua, fechar acordos com os comerciantes de drogas, fazer de conta que não se vê, empurrar os usuários “mais para lá”; assim como, para os antigos habitantes, vale sublocar, “invadir”, sobreviver mediante atividades ilícitas. Arriscamos a dizer que os PMs concordariam com a afirmação de Das e Poole (2008) segundo a qual o Estado, pela sua ausência deliberada, produz margens, isto é, “lugares de práticas nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras

¹⁵ Até pouco tempo atrás a Fundação Cultural do Estado funcionava no prédio do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, recentemente leilado.

maneiras de regulação, que emanam das urgentes necessidades das populações de assegurar sua sobrevivência política e econômica”¹⁶ (Das; Poole, 2008, p. 10).

A ausência deliberada é um tipo de presença. Uma presença parecendo ausência produz ordem, porém um tipo de ordem muito particular, que não combate ou elimina os supostos adversários (usuários, “tráfico”, “invasões”), mas se limita a estabelecer fronteiras que demarcam espaços de presença e atuação de cada tipo de ator. A prática do Estado – parecer ausente – nesta área deixa transparecer a ideia de ordem que ele tem: não a eliminação do ilegal, mas a delimitação clara de onde ele começa e onde termina. Assim, o Estado (mediante as ordens ou ausência de ordens de quem comanda o 18º BPM) aceita as “bocas” em determinados perímetros, tal qual a situação verificada por Góngora *et al.* (2021, p. 120) na área “La L” (epicentro do “tráfico de drogas” em Bogotá até 2016), onde as “ollas”¹⁷ aparecem como “espaços fortemente estruturados, hierarquizados, cuja operacionalidade depende de alianças e cooperações com diversos agentes, incluindo o Estado”¹⁸.

O Estado entenderia muito bem a diferença entre ordem ideal e ordem possível. Sua prática é pragmática: parece reconhecer que não é possível um mundo sem drogas e que a convivência entre o mundo legal e o mundo ilegal é perfeitamente possível. Assim, na 28, Estado e drogas, Estado e ocupações, Estado e usuários, estão lado a lado, se conhecem, se cumprimentam, se vigiam mutuamente, dentro de uma ordem entendida como fronteiras delimitadas. Juntos – civis e militares, moradores e usuários, atividades lícitas e atividades ilícitas –, porém não misturados. Esta ordem das fronteiras parece convir a todos: os PMs moram próximos uns aos outros e os moradores antigos também; os usuários têm suas ruas e as “bocas” suas esquinas; os turistas que se atrevem a passar pela área o fazem numa certa segurança por algumas de suas ruas.

Um PM se referiu à produção do espaço por parte do Estado como sendo um “laboratório de rato”:

Como é que vão se virar gente diferente, com dinheiro diferente, com cultura diferente, com preparo diferente? “Eu vou botar todos num mesmo pagode e vai ficar parecendo um laboratório de rato, né? Vou botar no mesmo laboratório para

¹⁶ “Lugares de prácticas en los que la ley y otras prácticas estatales son colonizadas por otras maneras de regular que emanan de las urgentes necesidades de las poblaciones de asegurar su supervivencia política y económica”.

¹⁷ Gíria de Bogotá para se referir a centros de comércio de drogas. A tradução literal da palavra espanhola *olla* para o português é panela.

¹⁸ “Son espacios fuertemente estructurados, jerarquizados y que su operación depende de alianzas y cooperación con diversos agentes, incluyendo al Estado.”

ver o que vai dar”. Eu não sei se já foi pensado desta forma, pouco importa, o que importa é que está feito.

Ele se perguntou se “já foi pensado desta forma”. Um outro PM pensa que sim, que foi “uma jogada de mestre”, disse um outro PM:

A política do Prohabit em trazer os PMs para cá foi uma jogada de mestre porque essa rua aqui era uma cracolândia. Foi planejado. Foi uma boa jogada? Foi, do ponto de vista de segurança para eles, de utilizar os serviços da polícia, porque se aproveitaram da profissão, colocando nós aqui.

Na minha visão, a “jogada de mestre” não consistiu apenas em trazer policiais para morarem na área e “limpar” ela um pouco (de usuários e ladrões), mas, principalmente, para assentarem as fronteiras dentro dela. Suas presenças impõem a ordem que o Estado quer: uma que permite que a “agua e o óleo” convivam, que a “casa de marimbondo” não se agite e, também, que os negócios lucrem:

O Pelourinho é o lugar mais policiado desse Estado. Não tem nenhum outro lugar na Bahia que você consiga encontrar tantos policiais por metro quadrado como aqui. Existe uma disputa acirradíssima, sangrenta, das lideranças de facções por territórios. Mas, uma vez que esse lugar é policiado, seria um suicídio fazer um confronto aqui, porque a chance de se esbarrar em um policial fardado, ou à paisana por conta de deslocamento, é de 99,9%. Então, é um lugar que acaba sendo seguro. Para quem? Para o traficante também! Porque o policial é a segurança pública, é para todo mundo. Eles precisam da ordem, porque é um negócio. Eles não querem atrapalhar o negócio deles. A visão do tráfico é empreendedora.

O Estado venceu quando os habitantes aceitaram a regra básica da ordem imposta – “a ordem é não se envolver”: de fato, eles não se envolveram nem com o “tráfico”, nem com as “invasões” e nem com os habitantes antigos. E vence quando o jogo dos “praticantes do espaço” reforça a jogada do Estado. Seguimos aqui a ideia de Nelson dos Santos (1988) em seu livro *A cidade como um jogo de cartas*, segundo a qual todos os habitantes “jogam a cidade”, isto é, jogam no e sobre o espaço, conjugando os elementos diversos a partir de algumas regras básicas. Na área da 28, respeitando a regra de “não se envolver”, os habitantes – antigos e novos – jogam blefando, apostando, se retirando e montando sua estratégia.

Parece-me que o jogo dos PMs (e habitantes antigos) é uma aposta na ambivalência, opacidade e ambiguidade. A estratégia da ambivalência descomplica a vida de quem convive com opostos porque ela, longe de exigir a escolha por um dos dois elementos (isso ou aquilo), permite ficar com ambos (com isso e aquilo) (Augé, 1999). Mediante esta estratégia, os opostos deixam de ser tais e se transformam em elementos co-presentes: militares e

moradores, habitantes honrosos e que “gostam de pegar o que é dos outros”, “invasores” e famílias. Por outro lado, lembremos aqui da humanização dos elementos opostos que opaca ainda mais a aparente dualidade: aos olhos dos PMs, os usuários são também pessoas doentes, precisando de ajuda; os “invasores”, pessoas necessitadas que foram injustiçadas por indenizações irrisórias; e os antigos habitantes, pessoas de bem, famílias, trabalhadores.

Entretanto, a ambivalência e opacidade não bastam para sobreviver numa ordem de fronteiras que não elimina a tensão cotidiana que surge quando estas se desvanecem momentaneamente. Como agir ao cruzar com os vizinhos temidos? Como reagir nas situações em que se partilha um mesmo campo visual ou se ouve conversas que era melhor não ter ouvido? Nestas ocasiões, quando as fronteiras se tornam porosas, isto é, “tênuas e nervosas”, é preciso “saber lidar, ter sabedoria, ter cautela”. Apela-se então ao variado repertório de astúcias ou “gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’” (Certeau, 2009, p. 97). Com efeito, consideramos que as práticas cotidianas dos PMs na área da 28, suas formas de fazer, podem ser vistas como sendo parte do que Michel de Certeau entendia como cultura popular: essas inúmeras práticas que permitem a sobrevivência dos fracos na ordem imposta.

Convém lembrar aqui que muitas destas práticas, descritas em *A invenção do cotidiano* – a simulação, dissimulação, inversão, astúcias, manipulação, bricolagem, humor, trampolinagem, trapaçaria, golpes ou lances etc. –, foram apreendidas por Certeau em suas viagens e experiências no nordeste brasileiro. Conforme nos informa a importante e minuciosa pesquisa do historiador Iraneidson Santos Costa (2021), em seu capítulo “Michel de Certeau no Nordeste. Os estudos de cultura e religiosidade popular e a virada historiográfica”, o jesuíta antropólogo deve muito de suas propostas analíticas à participação nos debates do grupo Religiosidade Popular¹⁹, particularmente ao material dos relatos sobre as gestas do Frei Damião e às entrevistas sobre religião iniciadas pela equipe de Abdalaziz de

¹⁹ No capítulo “Michel de Certeau no Nordeste. Os estudos de cultura e religiosidade popular e a virada historiográfica”, Iraneidson Santos Costa (2021) segue de forma inédita as fontes que, no Brasil, adensaram a reflexão e propostas de Michel de Certeau sobre a cultura popular. O historiador ressalta o papel do grupo Religiosidade Popular, que incluía um bispo, oito padres, uma religiosa e quatro leigos e leigas pertencentes a arquidioceses de Olinda e Recife e da Paraíba. Certeau participou das experiências, dados e ideias que este grupo debatia, particularmente as expostas pelo padre belga Eduardo Hoornaert, autor de *Verdadeira e falsa religião no Nordeste* (1973) e *Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800* (1974), e do filósofo professor Abdalaziz de Moura Xavier de Moraes, autor de *Frei Damião e os impasses da religião popular* (1978).

Moura em 1971. Parece-me que este material está na base do que ele chamou de “astúcias” e “engenhosidade do fraco para tirar partido do forte” (2009, p. 44).

“Ambivalenciar” (perdoem o neologismo), empurrar sem tirar, ver e fingir que não se vê, deixar fazer sem colidir, podem sem vistas como astúcias, engenhosidades e criatividade por parte daqueles que historicamente vivem sob as regras (a ordem) ditadas por outros. São o que Certeau chamou de “arte de combinar” ou os “procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce” (2009, p. 162).

Na ordem imposta, os PMs jogam como podem. E, no final, a maioria acha que sai ganhando:

Não me arrependo não! Agradeço muito a Deus por ter conseguido pegar o Prohabit, que desconta no meu salário. Foi uma oportunidade muito boa.

Para a gente foi a melhor coisa que aconteceu porque nunca tínhamos dinheiro para fazer parte de projetos da Caixa, e aí a gente tinha que se submeter a viver de aluguel e todo ano estar mudando de lugar e perdendo os móveis. Para mim, como policial militar, na minha condição financeira e social, é a melhor moradia em questão de segurança.

Valeu a pena. Porque eu acredito que hoje ter uma casa própria na situação que o nosso Brasil se encontra, a Bahia se encontra, Salvador se encontra, é um privilégio para poucos.

Não me arrependo não. Me arrependo de não ter vindo antes. E não ter pego uma casa maior, mais confortável, com mais possibilidades.

Valeu a pena, sim claro. O imóvel eu comprei barato. Cento e poucos mil, quando terminar de pagar vai dar mais ou menos isso. Aqui custa 350,000 para cima. Aqui é patrimônio histórico.

Não me arrependo não. Mas tem uma insegurança em relação à documentação. Se passar de permissionária para proprietária, valeu a pena demais.

Valeu muito a pena. Comecei pagando caro, mas hoje eu pago uma parcela mínima para uma coisa que vai ser minha. Claro que tem coisa que têm que ser melhoradas, incluso que eu acho erradas.

Para a grande maioria, a presença de usuários, “traficantes”, “invasões” ou habitantes antigos, a ordem de fronteiras imposta, a ciência do jogo em que entraram e de suas astúcias que em nada alteram a ordem, não pesam na avaliação final que fazem: no jogo, eles ganharam. A vitória é a casa própria. Poucos são os PMs que não se veem como jogadores, mas, sim, como peças jogadas:

Na verdade, nós estamos aqui como boi de piranha para poder fazer com que pessoas que não são gratas ao sistema não fiquem no entorno e nem ocupem as casas. Mas, não estão conseguindo, nem vão conseguir, porque a galera do uso da mente liberta toma conta de tudo. Nós não temos nem segurança jurídica, nem segurança pública para estar lado-a-lado com pessoas relacionadas ao meio ilícito. Então, é desproporcional: quem está à margem da lei consegue manter o Estado calado de boca fechada, e seus comandados quietinhos. Quando a gente para para entender, a gente sofre. Um engodo, cara, caí numa armadilha.

Não ver a armadilha é parte da "jogada de mestre" do Estado.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. Os outros e seus sentidos. *In*: AUGÉ, M. **O sentido dos outros**. Atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- AZEVEDO, P. O. "El Pelourinho de Bahia, cuatro décadas después". **Iconos**, Quito, n.20, p. 45-52, 2004.
- BAHIA. Procuradoria Geral do Estado (PGE). Procuradoria especializada judicial. **Contestação de Ação Direta de Inconstitucionalidade N. 38.148-7/2002**. Salvador, 10 abr. 2003. 32p.
- BARBOSA, G. B. A socialidade contra o Estado. A antropologia de Pierre Clastres. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, 2004.
- BITTENCOURT, J. M. C. D. **Luta e resistência dos moradores pelo direito à moradia em áreas de patrimônio cultural**: a formação de uma esfera pública. Salvador: Edufba, 2015.
- CARVALHO, I. M. M de; PEREIRA, G. C. Segregação socioespacial e desigualdades em Salvador. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 235, p. 5-22, 2015. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucs.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/22/19>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CLASTRES, P. **Recherches d'Anthropologie politique**. Paris: Seuil, 1980.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 17-62.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER). **Pesquisa sócio-econômica e ambiental**: recuperação da 7ª etapa do projeto de recuperação do Centro Histórico de Salvador (BA). Projeto Monumenta/BID. Vol.1. Salvador, dez. 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER). **Relatório síntese de andamento**. Posição 2º semestre 2002. Programa Monumenta Salvador. 2002.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER). **Diagnóstico sócio-econômico e ambiental 7ª Etapa do Centro Histórico** – CHS. Salvador, Bahia, 2005.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER). **Relação dos beneficiários do Programa Habitacional do Servidor Público** – PROHABIT. Documento interno, 2019.

COSTA, I. S. Michel de Certeau no Nordeste. Os estudos de cultura e religiosidade popular e a virada historiográfica. In: COSTA, I. S. **Volta ao Brasil em 30 dias e outras histórias jesuítas**. Justiça social, cultura e religiosidade popular na América Latina (1968-1974). Salvador: Edufba, 2021.

DAS V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, GERI-UAM, n. 8, jun., 2008.

DESAGE, F. 20 % de logements sociaux minimum, mais pour qui ? La loi SRU à l'épreuve de la "préférence communale", **Savoir/Agir**, Paris, v. 2, n 24, p. 35-40, 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-savoir-agir-2013-2-page-35.htm>. Acesso em: 19 mar. 2020.

DESCOLA, Ph. **As lanças do crepúsculo**. Relações jivaro na Alta Amazônia. São Paulo: CosacNaify, 2006.

ESPINHEIRA, C. G. D. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

GÓNGORA, A. *et al.* La maqueta de "La L": experimentación etnográfica, antiproibicionismo y espacios heterotópicos. In: TORO, N. Q.; ZULUAGA, J. E. (comp.). **Etnografía y espacio**. Tránsitos conceptuales y desafíos del hacer. Medellín: Universidad de Antioquia, 2021. p. 117-148.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

MONTOYA URIARTE, U. Intervenções recentes em Centros Históricos: as políticas de recuperação dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 208, p. 73-92, 2003.

MONTOYA URIARTE, U. Pobreza e cultura. A luta dos pobres para permanecer morando no centro histórico de Salvador. **Cadernos PPG-AU/FAUUFBA**, Salvador, v. 10, p. 49-67, 2012.

MONTOYA URIARTE, U. Habitar ruínas. O bairro da 28 (Centro Histórico de Salvador) nas memórias de seus habitantes. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 58, p. 252-286, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/110533>

MONTOYA URIARTE, U. Mobilidade e território. Uma análise destes temas entre os usuários de crack que frequentam a Ladeira da Preguiça, no Centro de Salvador. In: MONTOYA URIARTE, Urpi; MULLER, Cíntia. (org.) **Antropologia da mobilidade e dos territórios em contextos urbanos**. Salvador: Edufba, 2024 (no prelo).

MONTOYA URIARTE, U.; CARIA, L.; BARRETO, N.; NOVAES, M.; PRUDENTE, A. **Mapa dos imóveis vazios e "carcaças" do Centro Histórico de Salvador**. 2018. Disponível em: <https://www.panoramasurbanos.com.br/mapadosvazios>

SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos de sociologia compreensiva. Vol.1. Brasília: Editora UnB, 1994.

Dados de autoria

Urpi Montoya Uriarte

Antropóloga, doutora em História Social, professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: urpi.montoya@ufba.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8135-7559>.